



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(CMO)

**REQUERIMENTO Nº 20 , DE 2026.**  
**(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) e as medidas orçamentárias necessárias ao seu equacionamento.

Senhor Presidente: Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, com fundamento nos arts. 3º, 4º e 84 da Resolução nº 01/2006-CN, a realização, por esta Comissão, de audiência pública para debater a situação crítica do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), com foco nas providências orçamentárias e administrativas necessárias à viabilização das nomeações previstas na LOA 2026 e à inclusão de dotação específica na proposta orçamentária para a LOA 2027, inclusive para fins de eficácia do Projeto de Lei nº 8.307/2014.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

1. Representante da diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).
2. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2).



3. Desembargador José Antonio Encinas Manfré, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).
4. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento.
6. Representante do Ministério da Fazenda.
7. Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo.
8. José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor.
9. Representante da Comissão de Aprovados do TRT-2.

### JUSTIFICATIVA

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região é o maior tribunal trabalhista do país. Em 2025, recebeu 995.110 casos novos, o equivalente a 19,1% de toda a demanda nacional da Justiça do Trabalho. Apesar desse volume, o TRT-2 opera com 488 cargos vagos, sendo 137 de Analista e 311 de Técnico Judiciário. Outros 636 servidores têm 60 anos ou mais e estão próximos da aposentadoria compulsória, o que projeta um agravamento do déficit nos próximos anos sem medidas imediatas de reposição.

Os números do adoecimento institucional são eloquentes. Em 2023, foram registrados 58.880 dias de licenças médicas, alcançando 44% do quadro de servidores. No mesmo ano, a taxa de produtividade chegou a 515,76 processos por servidor, um dos maiores índices do país. Há um nexo direto entre esses dados na medida que o subfinanciamento sistemático do quadro de pessoal converte-se em sobrecarga crônica, e a sobrecarga crônica converte-se em adoecimento. O problema não é apenas de gestão, é estrutural.

A situação se agrava porque a expansão institucional do Tribunal não foi acompanhada de dotação correspondente. A Lei nº 15.208/2025 criou 11 novos cargos de Desembargador, cujos gabinetes demandam ao menos 88 servidores para funcionamento regular. Some-se a isso a pendência de instalação de 18 Varas do Trabalho criadas pela Lei nº 12.427/2011, que exigirão no mínimo 144 servidores adicionais. O Estado criou estrutura sem prever o pessoal para operá-la.

No plano legislativo, o PL nº 8.307/2014, que cria cargos efetivos no TRT-2, recebeu parecer favorável na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) em 12 de maio de 2026. Contudo, sua eficácia plena depende da inclusão de



dotação orçamentária específica na LOA 2027, por exigência constitucional. Sem essa providência administrativa, a aprovação do projeto produzirá direito sem cobertura financeira.

A audiência pública ora proposta visa dar publicidade a esse quadro, reunir os atores responsáveis pelas providências necessárias e contribuir para que o Congresso Nacional disponha das informações técnicas adequadas ao exercício de sua função orçamentária e fiscalizatória.

Sala da Comissão, de junho de 2026.

*Luciene Cavalcante da Silva*

**PROFESSORA LUCIENE  
CAVALCANTE**  
República Federal -  
PSOL/SP



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Tel (61) 3215-5617 | [dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br](mailto:dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243706615200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene  
Cavalcante



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265506926900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante

